

A DEFESA DAS FRONTEIRAS DO RIO DE JANEIRO E A SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DOS CANHÕES DA FORTALEZA DE SÃO CLEMENTE

THE DEFENSE OF THE BORDERS OF THE CITY OF RIO DE JANEIRO AND ITS RELATION TO URBAN DEVELOPMENT: THE CASE OF THE CANNONS OF THE FORTALEZA DE SÃO CLEMENTE

Luciene Carris^A

 <https://orcid.org/0000-0002-1706-3425>

Correspondência: lucienecarris2016@gmail.com

Gustavo Martins de Almeida^B

 <https://orcid.org/0000-0003-4789-6476>

^A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

^B Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Rio de Janeiro, Brasil

DOI: 10.12957/cdf.2024.87179

Recebido em: 11 set. 2024 | **Aceito em:** 02 nov. 2024.

RESUMO

O artigo analisa a controvérsia que envolve os canhões da Fortaleza de São Clemente e discute a sua relação com o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Em 1902, Laura Sauer foi intimada a devolver cinco canhões ao Ministério da Guerra, que se encontravam em sua propriedade na Chácara da Fortaleza na rua Jardim Botânico. O texto busca compreender o contexto de criação da Fortaleza de São Clemente, a sua desativação e a transferência dos canhões para a residência da família Sauer, além disso examina a expansão urbana, além de destacar aspectos da trajetória do empresário Arthur Sauer, que fundou a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro e participou da direção do *Almanak Laemmert*.

Palavras-chave: fortaleza; Lagoa Rodrigo de Freitas; evolução urbana

ABSTRACT

The article analyzes the controversy involving the cannons of São Clemente Fortress and discusses their relationship with the urban development of Rio de Janeiro. In 1902, Laura Sauer was summoned to return five cannons to the Ministry of War, which were located on her property at Chácara da Fortaleza on Jardim Botânico Street. The text seeks to understand the context of the creation of São Clemente Fortress, its deactivation, and the transfer of the cannons to the Sauer family residence. Furthermore, it examines urban expansion and highlights aspects of the career of businessman Arthur Sauer, who founded the Rio de Janeiro Sanitation Company and was involved in the management of the *Almanak Laemmert*.

Keywords: Fortress; Rodrigo de Freitas Lagoon; Urban Evolution



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons BY 4.0, que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

1 INTRODUÇÃO

O artigo que ora apresentamos analisa a polêmica envolvendo os canhões da Fortaleza de São Clemente e a sua relação com o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. A questão dos canhões, que foram levados para a Chácara da Fortaleza da família de Arthur Sauer, revela aspectos importantes sobre a expansão do Rio desde os primórdios de sua colonização. Vale ressaltar que, fortificações foram construídas em pontos estratégicos da Baía de Guanabara, uma vez que o porto da Praça XV se tornou um local importante de escoamento de metais preciosos vindos de Minas Gerais para a Europa, assim como de recepção e distribuição de outras mercadorias provenientes da metrópole.

Porém, o plano de defesa envolveu o estabelecimento de fortalezas, baterias e redutos em outros pontos estratégicos do Rio de Janeiro como destacado no *Relatório* de 1842 de Marquês de Lavradio, que apontou a necessidade de segurança dos pontos de desembarque em Copacabana e nos acessos à Lagoa Rodrigo de Freitas. De acordo com Carlos Eduardo Barata e Claudia Braga Gaspar (2015, p. 70), a região da Praia da Piaçaba, nas margens da Lagoa, era o local de encontro dos caminhos do Humaitá, Fonte da Saudade e Jardim Botânico, por conseguinte, foi considerada um "porto seguro".¹ Dali, muitos partiam em canoas ou pequenas embarcações para diversos pontos da restinga, atualmente as praias do Leblon e Ipanema, e para o engenho da Lagoa Rodrigo de Freitas.

A região da Lagoa passou por um processo de urbanização, assim como de expansão econômica e demográfica, especialmente, a partir do final dos Oitocentos. Originalmente, era considerada uma extensão rural do centro urbano, a transformação em área urbana estendeu-se até a década de 1950. Até então, a Lagoa ainda era considerada como uma zona predominantemente rural, mas que não ficou inerte aos desafios e resistências inerentes ao processo de transformação urbana (Rodrigues, 2012). A dinamização da paisagem urbana, por sua vez, se relaciona com à abertura da principal via, a rua Jardim Botânico, à expansão dos linhas de bondes e à instalação de indústrias têxteis, que atraíram trabalhadores nacionais e estrangeiros em busca de emprego e de moradias nas proximidades.

A designação de Chácara de Fortaleza advém de uma reforma realizada, e é frequentemente associada à arquitetura de inspiração militar e aos muros de proteção da

¹A Praia da Piaçaba aparece com grafias distintas em diversos documentos como Peaçaba, Piaçava, Piassava e Piassaba.

propriedade, além da proximidade com o Forte de São Clemente e a Piaçaba. Anos mais tarde, a família Sauer assumiu a propriedade, tornando-se a última detentora dessas terras (Barata; Gaspar, 2015, p. 82-83). A escolha para a residência da família Sauer no Jardim Botânico não foi aleatória. Vale acrescentar que a figura de Arthur Sauer está associada a história do *Almanak Laemmert* e das habitações populares, pois foi o fundador da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, aprovada por meio de um decreto assinado, em 1888, pela Princesa Isabel e por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. Com capital estrangeiro, a sua empresa construiu a Vila Rui Barbosa, no Centro; a Vila Maxwell e a Vila Senador Soares, em Vila Isabel e a Vila Sampaio, em Sampaio; além da Vila Arthur Sauer, no Jardim Botânico, sendo esta a primeira a ser entregue em 1890 (Cardoso, 2021). Vale destacar que a abundância de água e de transportes facilitou o surgimento de fábricas têxteis na região desde o fim do século XIX, de acordo com Cristina Tranjan:

A expansão industrial e o surgimento de diversas indústrias têxteis na Lagoa atraíram para a região a mão de obra que supriria essas indústrias. Sem condições de arcar com os custos de uma moradia convencional e com o custo dos transportes, e sem serem beneficiados pelas vilas operárias, esse contingente, em sua maior parte escravos recém-libertos, se fixou às margens da Lagoa, em condições insalubres, abrindo espaço para as habitações coletivas e as favelas (Tranjan, 2007, p. 64).

1.2 A controvérsia dos canhões no Jardim Botânico

No dia 15 de março de 1902, o periódico *Jornal do Commercio* informava que uma certa senhora, conhecida pelo nome de Laura Sauer, proprietária de uma casa localizada na Chácara da Fortaleza, na rua Jardim Botânico, número 02, foi compelida a entregar ao Ministério da Guerra cinco canhões que estavam no terreno de sua propriedade. Após ter se recusado a entregar os canhões, que decoravam sua casa, foi determinado pelo Ministro da pasta que o Procurador Geral da República propusesse uma ação contra a detentora das peças. Aliás, a notícia foi repercutida por outros jornais como *Correio da Manhã* (10/08/1902, ed. 0422, p. 02). Alguns meses depois correria uma ação judicial que perdurou até 1969, apesar da tentativa de reversão da ordem. Como consta do mapa a seguir a Chácara se localizava no início da rua Jardim Botânico, sendo

identificada em vários mapas, inclusive os confeccionados por Laemmert e Cia, gráfica de propriedade de Artur Sauer, esposo de Laura Sauer.

A Fortaleza de São Clemente localizava-se na encosta do Morro da Saudade, à esquerda de quem observa a Lagoa Rodrigo de Freitas vindo de Botafogo. Inicialmente, sua função era proteger a fábrica de pólvora instalada na região. No entanto, devido a reclamações dos moradores, a fábrica foi transferida para o Rio Estrela, distante de onde atualmente se encontra o Jardim Botânico. Após a desativação da fortaleza em 1831, as terras onde ela se situava retornaram à posse de sua proprietária, Francisca Barbosa da Costa, dona da chácara onde a construção foi erguida, conforme registrado no Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 11 de maio de 1837.

Em relação à casa dos Sauer, servia como referência ou marco para a delimitação de bairros. Em "Evocações de Botafogo Antigo", Nilza Botelho menciona que a rua São Clemente começava na praia de Botafogo e terminava no local chamado Piaçaba ou Peaçaba, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, atravessando o vale de São Clemente, que era composto por restingas e brejos alagadiços. Infelizmente, devido ao incêndio dos arquivos da Câmara em 1790, não se sabe ao certo quem foram os primeiros proprietários dessas terras (Anais...,1942, v. 3, p. 311). Por sua vez, o *Dicionário das Ruas do Distrito Federal*, de 1906, publicado pelo *Almanak Laemmert*, assim descreve a localização da residência da família Sauer: “Lagoa Rodrigo de Freitas, a lagoa existente no fim da rua de Humaitá, tem uma légua de comprimento e meia de largo e é muito piscosa. Hoje acha-se aterrada grande parte dela desde a frente da casa do Sr. Arthur Sauer até uma grande distância. Freg. da Gavea.”

Figura 1 - Recorte da Planta da Cidade do Rio de Janeiro e Subúrbios, Ulrik Greiner, 1898. BNDigital.



Fonte: Chácara da Fortaleza.

Para situar a casa de Arthur Sauer e família no tempo e no espaço, as duas imagens a seguir ajudam a identificar a sua antiga residência. Atualmente, a casa estaria próxima à saída do Túnel Rebouças, na altura da Rua Pio Corrêa, perto da Rua Frei Veloso, e foi parcialmente demolida para a construção do viaduto de acesso ao túnel.

Figura 2 - Vista aérea da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico, Jorge Kfuri, 1921.



Fonte: Brasiliana Fotográfica.

Também é possível observar um dos três terrenos em formato triangular que ainda existem no bairro, situados em frente à antiga rua Greenhough, batizada em homenagem ao primeiro diretor da Companhia Carris do Jardim Botânico, atualmente chamada de rua Abelardo Lobo. Vale acrescentar que a primeira imagem pertence ao acervo da Brasiliana Fotográfica. Já a segunda, intitulada Vista do jardim do Sr. A. Sauer na Lagoa de Freitas, faz parte do acervo do Museu Etnológico de Berlim, datada de 1887, e apresenta um belo registro da casa, que posteriormente, se converteria numa casa de cômodos como noticiou o jornal *A Noite* (05/03/1937, ed. 09001, p. 09).

Figura 3 - Ansicht aus dem Garten des Herrn A. Sauer an der Lagoa de Freitas.
Positiv, SW, 1887 (?).



Fonte: Staatliche Museen zu Berlin, Ethnologisches Museum.

Em 1937, o Exército considerou a possibilidade de reconstruir o Forte de São Clemente, mas os terrenos já estavam ocupados por moradores, que formariam a Favela Macedo Sobrinho na encosta do Morro do Saudade, removida na década de 1960. Seja como for, algumas fotografias da época da desocupação revelam as paredes remanescentes da fortaleza, que foram posteriormente soterradas pela construção do Centro Integrado de Educação Pública Agostinho Neto, que hoje se encontra no local. Quanto aos canhões, após a desativação do forte, o Ministério da Guerra, em 1902, vendeu canhões antigos e metais inservíveis ao comerciante José Balsells, conforme registrado no Relatório do Ministério da Guerra e noticiado pelo *Jornal do Brasil*.

O certo é que a questão voltou a ser discutida, conforme noticiado pelo jornal *A Noite*, que levantava dúvidas sobre a titularidade dos terrenos ao redor da antiga Fortaleza de São Clemente e mencionava o desaparecimento das peças, exceto por duas que ainda decoravam a Chácara da Fortaleza. O periódico ainda apregoou à existência de "vestígios dessa fortificação, com grossas paredes arruinadas" (*A Noite*, 05/03/1937, ed. 09001, p. 09).

Ao compulsar as informações biográficas a respeito da dona da Chácara da Fortaleza, constatamos de que se tratava de Laura Laemmert Sauer, casada desde 1875,

com o prussiano Johann Peter Franz Arthur Sauer, naturalizado brasileiro como João Pedro Francisco Artur Sauer (1840-1920), mais conhecido pela imprensa como Arthur Sauer, que se notabilizou como engenheiro civil e militar, bem como sócio e editor-chefe do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* e presidente da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. Sauer, era um ex-oficial que imigrou para o Brasil depois da Guerra Franco-Prussiana, e, também, idealizou ao lado de Luís Grüder, o brasão nacional que se tornou o símbolo do regime republicano recém-instalado, estabelecido pelo decreto n. 04 de 19 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro (Luz, 2005, p. 144).

Apesar dos poucos registros sobre a trajetória de Dona Laura, averiguamos que era filha de Henrique Laemmert e sobrinha de Eduardo Laemmert, nascidos no Grão-Ducado de Baden, e se tornaram editores pioneiros no Brasil, assim como os irmãos Garnier. A Graphica Laemmetz publicou as três primeiras edições de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A saga dos irmãos Laemmert se inicia em 1827, quando Eduardo se transferiu para o Rio de Janeiro para gerenciar a filial de uma livraria localizada na rua Gonçalves Dias, a Livraria Souza Laemmert & Cia, que comercializava livros franceses. Alguns anos mais tarde, Henrique imigrou para o Brasil, e contribuiu para o crescimento da empresa, que se converteu na Typographia Universal de E. & H. Laemmert. Com o falecimento dos irmãos no início da década de 1880, uma sociedade formada por Gustave Massow, Edgon Widmann Laemmert e Arthur Sauer passou a administrar a tipografia, que em 1910 foi transferida para o português Manuel José da Silva, proprietário do *Anuário Geral de Portugal* (Filgueiras, 2016, p. 100-102).

No sítio eletrônico da Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, localizamos poucos detalhes sobre a vida de Dona Laura, esposa de Arthur Sauer, ao contrário do seu marido, que tinha seu nome constantemente presente na imprensa, apenas há a exemplo de uma viagem realizada para a Europa, em 1893, e da sua cunhada Emma Widmann Laemmert, com seus filhos e uma “criada” (Diário de Notícias, 16/04/1893, ed. 02831, p. 03). No entanto, o fato intrigante sobre a tal da polêmica que envolve os canhões é a exclusão do nome de Arthur Sauer dos noticiários.

Como se constata, os canhões continuaram abandonados por um longo período, pois, em 1916, o periódico ilustrado *Fon-Fon* noticiou a existência dos artefatos na antiga Chácara da Fortaleza. O jornalista, acompanhado de um certo político que não teve o nome revelado, relatou que aproveitava uma certa manhã na varanda da sua casa localizada na Lagoa Rodrigo de Freitas, quando desceu alguns degraus e se deparou com

“longos canhões antigos, estirando os pescoços sobre as suas carretas pesadas entre festões floridos de trepadeira”. O relato, a seguir, é curioso:

Esta casa foi construída e habitada por um antigo oficial prussiano, que, achando os canhões no mato, ao abandono, aproveitou-os para ornamentação. Ele fez a casa toda em estilo militar. Repare que as colunas que sustentam os portões são ameiadas e enfeitadas com pequenos canhões de fantasia. E esta chácara é conhecida pela Chácara da Fortaleza (*Fon-Fon*, ed. 0030, 1916, p. 36).

O militar prussiano, cujo nome não foi mencionado, mas que acreditamos ser Arthur Sauer, parece ter mantido sua devoção aos princípios militares ao longo de sua vida. Isso é evidenciado pelo fato de ele residir em uma casa com arquitetura notavelmente austera e fortificada, de acordo com o relato do jornalista do periódico. No entanto, em 1953, a coluna “Ruas do Rio” do jornalista Brasil Gerson, reservou algumas linhas para a história de uma das ruas do Botafogo, que foi intitulada “Voluntários”, não é demais destacar que anos depois as colunas foram reunidas e republicadas na conhecida obra *História das ruas do Rio*. Aliás, Brasil Gerson ofereceu pistas interessantes sobre as origens da fortaleza. Nas suas palavras,

[...] Então, existia, nela, perto das ruínas do forte de marquês de Lavradio, aqui já citado na história de S. Clemente, uma chácara imensa, a da Fortaleza chamada, e que era de propriedade de D. Laura Sauer, família Sauer, gerente da fábrica Corcovado e dos estabelecimentos gráficos Laemmert, no segundo reinado (Gerson, *O Jornal*, ed. 10037, p. 04, 1953)².

Contudo, curiosamente, a disputa judicial sobre os canhões se arrastou por anos. Em 1969, o periódico *Jornal do Brasil* reacendeu a história ao divulgar a notícia de que, no último dia 30 de outubro, o *Diário da Justiça* publicou um novo edital referente à apelação de Arthur Sauer, interposta a 30 de agosto de 1903. Informou, ainda, que os autos da apelação haviam sido extraviados do Supremo Tribunal Federal, e quando descobertos foram enviados ao Tribunal Federal de Recursos. Embora o juiz tivesse acatado a apelação da Procuradoria da República, ordenando a execução da sentença e, conseqüentemente, a devolução dos canhões de ferro ao Ministério da Guerra, não havia

²As fontes pesquisadas não identificam Arthur Sauer como gerente da Fábrica Corcovado, mas como idealizador e presidente da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro.

informações nos autos sobre a efetiva execução da sentença. Um excerto do auto judicial foi reproduzido no periódico conforme se observa a seguir:

Diz o Procurador da República que, existindo no prédio n. 2 da rua Jardim Botânico cinco canhões de ferro pertencentes ao Ministério da Guerra, tem a respectiva proprietária e moradora D. Laura Sauer impedido que o representante daquele Ministério encarregado da remoção dos ditos canhões, o retire dali. Por isso, quer o suplicante notificar a suplicada Dona Laura Sauer, e seu marido se casada for, para entregá-los no prazo de 48 horas que lhe são asseguradas na 1ª. Audiência subsequente à intimação, sob pena de proceder-se judicialmente à apreensão dos canhões, ficando a suplicada outrossim, obrigada ao pagamento de todas as despesas que se tornarem necessárias para esse fim até o efetivo recebimento por parte do sobredito Ministério da Guerra, além de perdas e danos (Jornal do Brasil, 9 e 10/11/1969, ed. 00185, p. 45).

Seja como for, a controvérsia sobre os supostos canhões da Dona Laura traz à tona questões que envolvem a expansão do Rio de Janeiro desde os primórdios de sua ocupação no período colonial, especialmente no que tange à questão da defesa do núcleo inicial da cidade. Fortes, redutos e fortalezas foram construídos aproveitando as características geográficas da Baía de Guanabara, mas também foram estabelecidos em outros pontos estratégicos do Rio de Janeiro.

1.2.1 A defesa e a expansão do núcleo original do Rio de Janeiro

Fortificações instaladas no quadrilátero inicial do Rio de Janeiro que abrangia os morros do Castelo, da Conceição, de São Bento e de Santo Antônio garantiam a defesa contra os ataques franceses e tupinambás, os inimigos da primeira hora, posteriormente, se somariam holandeses, espanhóis e ingleses (Cavalcanti, 2004, p. 40). O aumento progressivo da dependência da metrópole portuguesa em relação à sua colônia do Atlântico Sul impulsionou medidas no campo econômico, fiscal e militar, neste caso em especial, no treinamento das tropas e em obras nas fortificações, o que bem demonstra a importância econômica e geopolítica da colônia.

Apesar de não ter ocorrido nenhuma outra invasão, a exemplo das francesas ocorridas em 1710 e em 1711, o medo pairava entre a população. Não por acaso foram idealizados projetos de uma nova muralha cercando a colônia, a exemplo da proposta de fortificação de João Massé entre a ponta de Fortaleza de São Thiago, no sopé do morro

do Castelo, até o morro da Conceição (Cavalcanti, 2004, p. 49). A transferência da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, revelou a importância crescente da capitania na administração de Marquês de Pombal, e a instalação de instituições como Tribunação da Relação, Junta da Fazenda, Intendência Geral do Ouro e Mesa de Inspeção. Desse modo, a posição geográfica do Rio de Janeiro constituiu um dos fatores para que se tornasse a capital do Vice-Reino no Brasil. A vocação atlântica não se atenuou ao longo do século XVIII, uma vez que “a urbe carioca estava no centro de uma intrincada rede de relações mercantis, que englobava todo o atlântico português. Transformara-se, na primeira metade do século XVIII, numa das principais encruzilhadas do império, senão na principal” (Sampaio, 2003, p. 174).

A produção mineral das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além das incursões dos espanhóis nos territórios mais ao sul, como Colônia de Sacramento, Rio Grande e Santa Catarina demandavam da Coroa portuguesa uma nova estratégia em relação a preservação dos territórios coloniais (Bicalho, 2003, p. 84). Desse modo, desde 1763, uma das preocupações dos vice-reis era averiguar o estado das tropas militares, bem como restaurar e construir fortificações. Em 1769, o 2º. Marquês de Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça e Melo Silva e Mascarenhas, assumiu o governo da capitania, e assim como seus antecessores, buscou defender a colônia do Rio de Janeiro, preservar e promover seu desenvolvimento econômico.

Durante a sua administração, entre 1769 e 1779, o Marquês realizou uma série de melhoramentos, tais como, a construção de pontes e fontes, a abertura de ruas, o aterramento de pântanos, bem como promoveu o abastecimento de água em regiões como a Glória e a atual rua do Riachuelo. Além disso, transferiu o ponto do desembarque do escravizados da Praça XV para o Cais do Valongo. No relatório dirigido ao seu sucessor, Luiz de Vasconcelos, o Marquês destacou a preocupação com a defesa do Rio de Janeiro, e revelou que a fortificação foi construída em razão da preocupação com as colônias ao Sul do território da América Portuguesa, como se observa no trecho a seguir:

Sendo esta capital aberta, mandei cobrir toda de uma fortificação de campanha, segundo o plano e o risco que eu tinha mandado fazer para a fortificar, e que já ia posto em prática até a frente do quartel de Moura. Deste mesmo modo fortifiquei a altura de S. Bento, e assim o pratiquei no sítio de S. Januário, que fica na altura onde era a Sé Velha; cujo sítio é sumamente vantajoso para defender toda a praia de N. S. da Ajuda, e as estradas que há para esta capital de todas as partes de que quiserem vir a ela, que desembarcam desde a praia de Botafogo até aquele sítio.
Construí outros redutos no sítio de S. Clemente e Leme para

defender os desembarques e passagens da Copacabana e da Lagoa Rodrigo de Freitas. Estes foram os trabalhos que me permitiam o tempo poder fazer [...] (Lavrado, *RIGHB*, t. 4, 1842, p. 427-428, grifo nosso).

Em alguma medida, o seu planejamento inspirava-se nas estruturas das antigas cidades europeias com uma aglomeração urbana defendida por muralhas e obras de fortificação. Vale a pena recordar que algumas terminologias técnicas as diferenciam. Neste sentido, cidades fortificadas, praça forte, fortaleza, fortim, reduto, castelo, casa forte, porta, bateria e posto de vigia se enquadravam como fortificações permanentes, mas já consideradas praticamente obsoletas, assim, tais edificações eram “construídas dentro de um esquema estratégico para atender a necessidade táticas permanentes ou proteger atividades logísticas contínuas” (Silva, 1965, p. 601-602).

Podemos vislumbrar, de acordo com o Adler Homero de Castro, que o termo reduto, apresentado no *Relatório* pelo Marquês, é uma obra de arquitetura militar “normalmente de ‘campanha’, isto é, construções temporárias, feitas de madeira ou terra escavada, como eram as trincheiras, mas, ao contrário dessas, podiam ser também permanentes, de alvenaria” (Castro, 2016, p. 02). O reduto, ainda, poderia servir como abrigo ou refúgio para a população local, a exemplo do Reduto de Tejucupapo, localizado no litoral de Pernambuco, em razão da invasão holandesa no Nordeste. De uma maneira geral, é considerado como uma obra bem simples que servia de apoio para outras fortificações defendendo, geralmente, uma passagem. Conclui, o autor que:

Complementarmente, o reduto, normalmente, era uma obra em que os canhões disparavam apenas para um lado, aquele que se julgava o mais arriscado. Também era uma obra fortificada que não devia ser defendida de forma isolada por períodos prolongados, por isso não tinha estruturas internas para quartéis ou depósitos para uma guarnição (Castro, 2016, p. 02).

De acordo com Augusto Fausto de Souza, a defesa da região que se estendia da praia de Copacabana até a Lagoa Rodrigo de Freitas foi organizada da seguinte maneira:

[...] ao sul da barra, mandou o vice-rei Marques de Lavradio levantar várias fortificações com o fim de impedir o desembarque de forças, que, desse ponto facilmente penetrariam na cidade; reforçadas com outras em 1822, ficaram guarnecidas os seguintes pontos: o desfiladeiro do Leme, o forte abaixo desse desfiladeiro a ponta da Vigia, a do Anel, e mais para dentro no lugar da Piassaba, o forte de São Clemente para guardar a estrada Lagoa para Botafogo, os quais foram todos

desarmados e desguarnecidos em 1831 (Souza, RIHGB, 1885, t. XLVIII, p. 2, p. 112).

Por outro lado, a controvérsia em relação a terminologia não se encerra, uma vez que em algumas pesquisas identificamos expressões como fortaleza ou fortim. O certo é que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional identificou 1300 fortes no território brasileiro, porém, apenas 140 resistiram ao tempo, muitos em estado de ruína. Como podemos observar na citação a seguir, que descreve o caminho para o Engenho da Nossa Senhora da Conceição da Lagoa em meados dos Oitocentos, segundo Claudia Braga Gaspar:

Por volta de 1868, os que quisessem chegar à chácara ou fazenda do Macaco, vindos do Centro pelo Caminho de São Clemente, percorriam um longo trajeto. Após passar o fortim de São Clemente, situado próximo ao Humaitá e descendo suave ladeira, chegava-se à Piaçaba (hoje Igreja Sta. Margarida Maria), na Lagoa Rodrigo de Freitas. Era o local uma praia, belo ancoradouro, situado às margens da Lagoa e, como o próprio nome diz, “um porto seguro”. Dali, muitos se dirigiam em canoas ou em pequenas embarcações para diversos pontos da restinga, hoje praias do Leblon e de Ipanema, e para o jardim (antigo Engenho da Lagoa Rodrigo de Freitas) (Gaspar *Apud* Heizer, 2011, p. 12).

Uma outra pista sobre a fortificação existente em São Clemente foi publicada em 1884, intitulada *Memórias Públicas e Econômicas da cidade do São Sebastião do Rio de Janeiro*, relativo aos anos 1779 e 1789, era dirigida ao vice-rei Luís de Vasconcelos e oferecia uma lista de fortificações. No documento, há uma referência a uma “bateria de terra e faxina” em São Clemente (RIHGB, 1884, p. 34). Segundo Adler Homero de Castro, as baterias eram obras simples e de rápida execução, funcionavam como pontos estratégicos para defesa ou ataque a locais como rios, estradas ou passagens. Além disso, as obras militares se adaptavam às diferentes armas empregadas, a exemplos dos canhões ou foguetes (Adler, 2016).

De todo modo, podemos inferir que a estrutura era, provavelmente, uma forma de construção temporária, já que apenas os cinco canhões permaneceram como elementos presentes na paisagem urbana, pelo menos, até o início do século XX na Chácara da Dona Laura. Uma outra informação relevante foi fornecida pelos estudiosos Ricardo Martins e Carlos Filgueiras, que dão detalhes sobre as limitações dos canhões até meados do século XIX, nas suas palavras:

Os canhões até meados do século XIX não eram capazes de acertar um alvo a longa distância com precisão. Não havia um controle efetivo sobre a velocidade final que o projétil teria na boca do canhão, porque não se tinha controle sobre a balística interna da arma. As cargas da peça não se davam sob condições idênticas, assim como era impossível controlar a interação do projétil com as paredes da alma lisa da peça. A experiência ensinava que nos canhões os tiros de longo alcance deveriam ser evitados (Martins; Filgueiras, 2011, p. 10).

De acordo com Sérgio Roberto Lordello dos Santos, a instalação da fábrica de pólvora em 1809, no Jardim Botânico, estava estrategicamente conectada à localização dos quatro fortes existentes na Freguesia: São João, Praia Vermelha, Copacabana e o da Lagoa, este último considerado sem função entre 1808 e 1818. No seu entendimento, a criação dessas fortalezas certamente desempenhou um papel importante na ocupação da Freguesia como um todo, considerando além desses, também o forte do Leme, estrategicamente posicionados. A preocupação das autoridades com a defesa da área remonta a 1645, quando o governador proibiu os pescadores de construir casas na praia de Sacopenapã, atual Copacabana, devido à presença de navios holandeses na costa (Santos, 1981, p. 19).

A chamada fortaleza de São Clemente foi mencionada na obra *Rio de Janeiro Pitoresco*, publicada em 1845 pela casa litográfica de Heaton & Rensburg, que reúne uma série de pinturas sobre o Rio de Janeiro elaborada por dois pintores, o suíço Abraham-Louis Buvelot e o francês Auguste Moreau, que descreveram o cotidiano do Rio de Janeiro. Contudo, vale a pena ressaltar que o desenho intitulado “Arco da Fortaleza de S. Clemente” é um recorte de uma prancha que contém oito cenas distintas, e recebeu o título de “Escravos vendedores”.

O conjunto de imagens retrata as variadas modalidades do comércio ambulante que os escravizados de ganho realizavam nas ruas do Rio de Janeiro. As representações incluem o Largo do Paço, onde é possível observar negros escravizados carregando pesados sacos e barris na cabeça, simbolizando o duro trabalho ao qual eram submetidos. Os pintores, ainda, registraram uma liteira, que era um meio de transporte utilizado por pessoas de classe mais abastada. Também há o destaque para uma paisagem bucólica e exuberante da área rural, distante do núcleo urbano, o que evidencia a diversidade encontrada nas ruas e na natureza, uma dualidade entre o rural e o urbano. Na cena escolhida, ao que parece, podemos identificar um casal, supostamente, desfrutando da sombra do arco. Um homem em pé, uma mulher sentada, talvez uma vendedora de frutas

com uma cesta ou uma lavadeira. Mais adiante, um homem montado em um burro, atrás de outras duas figuras caminhando ao lado de outro burro.

Figura 4 - Louis Buvelot; Moreau, Auguste. Escravos vendedores, 1845.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

Ao contrário, do que poderíamos imaginar, a representação do “Arco da Fortaleza de S. Clemente” revela uma certa monumentalidade e solidez. Desse modo, aparentemente não se constata ter sido concebida para ser efêmera. Os detalhes da litografia evidenciam certa imponência, o que sugere a importância simbólica da arquitetura militar, no que diz respeito ao passado de proteção e defesa da região da Lagoa da Rodrigo de Freitas. Apesar da perda da sua importância estratégica e a constatação do estado de conservação precário, que são observadas através das rachaduras próximas às três seteiras, e o acúmulo da vegetação que adentra na construção, bem como os indivíduos que se encontram sob a sombra, aliás, algo inimaginável no seu apogeu como uma arquitetura militar destinada para a defesa da cidade, portanto, ali estaria guarnecido por militares. É interessante constatar que os pintores não optaram por registrar os canhões, que ainda permaneciam no local.

Talvez os artistas motivados, provavelmente, por uma representação mais idílica da construção como um caminho de passagem, o que também pode sugerir, que em 1831, quando a fortaleza foi desativada, a preocupação do governo imperial com a defesa da cidade havia diminuído. A turbulência com as Guerras da Independência havia passado, D. Pedro I abdicara e se iniciava o período regencial, que se estendeu até 1840, desse

modo, o foco mantinha-se voltado para a consolidação do estado nacional e pela estabilidade interna com outras províncias.

De qualquer forma, aparentemente, no início do século XX, não restava mais qualquer vestígio do "Arco da Fortaleza de S. Clemente", embora os canhões ainda permanecessem no local. Podemos supor que a ausência de determinadas medidas de conservação tenha provocado à sua deterioração gradativa. Desde 1840, as diversas epidemias, como febre amarela, varíola, tifo, peste bubônica, que assolavam a população, impulsionaram o crescimento urbano fora dos tradicionais limites do Rio de Janeiro.

Não é demais destacar o papel do transporte marítimo com suas embarcações nas proximidades da rua São Clemente, em 1867, que contribuiu para o crescimento populacional e para a implementação de diversas atividades comerciais na região. Não por acaso foi construído um cais de desembarque que favoreceu a mobilidade e a circulação entre o centro e a área sul. Contudo, a introdução dos bondes foi um elemento fundamental para o desenvolvimento do Rio de Janeiro e para o surgimento de novos bairros, em especial, nos arrabaldes e subúrbios.

Ao longo do tempo, o loteamento de muitas chácaras, que podiam servir como moradia ou casas de veraneio para determinados segmentos mais abastados da população, contribuiu para o estabelecimento de novos comércios como armazéns e casas de pasto, bem como outros serviços. Contudo, a partir de 1880, o estabelecimento de indústrias, especialmente têxteis, em regiões como Botafogo, Jardim Botânico e Gávea alterou significativamente a paisagem urbana, atraindo outros segmentos menos abastados, como muitos trabalhadores para lá. Assim, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma região considerada até então pantanosa e insalubre passou a ser habitada por muitos trabalhadores, que residiam nas vilas operárias ou em habitações improvisadas como cortiços ou estalagens, assim como, se proliferou, posteriormente, diversas favelas ao redor da Lagoa, que foram removidas tempos depois.

2 CONCLUSÃO

Arthur Sauer, em consonância com o pensamento higienista que preconizava a melhoria das moradias populares e da higiene pública do Rio de Janeiro, residiu no Jardim Botânico, outrora um lugar de veraneio de muitos abastados. O empresário argumentava

que a criação da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro seria a solução ideal para combater a disseminação de doenças e criminalidade na Corte imperial (Cardoso, 2021). Aliás, a sua residência ficava próxima à Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, na rua Jardim Botânico, e à vila operária, localizada ao lado da Companhia Carioca, construída na atual rua Pacheco Leão, antiga estrada Dona Castorina, ou seja, perto do epicentro da atividade industrial com suas fábricas e grande operariado. Ironicamente, em 1937, a própria residência de Sauer foi transformada em um cortiço, refletindo a crise habitacional que buscou solucionar, conforme noticiado no periódico *A Noite*, que informava que “um dos velhos canhões do Forte de São Clemente, acham-se pintados de verde com frisos em cor de prata, e enfeitam o muro de uma casa no Humaitá. Relíquia do passo remoto, haveria, por eles, lugar mais digno que de que o jardim de uma casa de cômodos” (A Noite, 05/03/1937, ed. 09001, p.01).

Inicialmente, pode-se interpretar a criação da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro como uma escolha dinâmica de seus investimentos. No entanto, a busca por uma residência fortificada e o envolvimento no segmento das vilas operárias sugerem uma ligação profunda entre o seu passado como oficial prussiano e a relação com um contexto que disciplinava a vida dos trabalhadores tanto no âmbito da vida privada e do cotidiano do trabalho. De todo modo, os canhões que existiam no “Forte de São Clemente da Piaçava”, estrutura destinada para a defesa do chamado Caminho Velho, entre as terras do antigo engenho da Lagoa Rodrigo de Freitas e as terras da Fazenda José Pereira Botafogo, que deu nome, posteriormente, ao bairro, foram transferidos para a propriedade em nome de Dona Laura, e não do Sr. Sauer, como se constatou nas notícias dos periódicos.

Supõe-se de que se trata de uma escolha subjetiva que se relaciona com o passado defensivo do local, apesar das mudanças decorridas ao longo do tempo. Podemos, ainda, associar a busca por uma imagem de segurança diante de possíveis perturbações, como greves e paralisações do movimento operário, que vez por outra, tomavam as ruas do Jardim Botânico, atraindo muitos trabalhadores insatisfeitos com as condições de trabalho e a carestia que afetava o seu cotidiano. Portanto, não se trata de artefatos meramente decorativos.

Seja como for, o Pátio Epitácio Pessoa, também denominado de Pátio dos Canhões, localizado no Museu Histórico Nacional, dispõe de uma coleção de 73 objetos, a exemplo da “Caronada n. 45”, que foi identificada como pertencente ao Forte da Piassava, localizado nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas, e transferido do Museu

Naval em 1927. Segundo a Museóloga Miriam Benvenute do Museu Histórico Nacional, “na guia de remessa do objeto, consta ser um "morteiro de ferro da fortaleza de Piassaba que guardava o RJ pela garganta da Gávea". Assim, diferente de um canhão, como ficou disseminado no imaginário até então, a caronada é uma peça de artilharia de combate para curta distância, além disso, utilizados em embarcações menores, sendo mais fáceis de carregar e de manusear.³ Contudo, a referência encontrada se refere apenas a um dos artefatos de artilharia, desse modo, o mistério em relação aos outros ainda persiste.

REFERÊNCIAS

A chácara da Fortaleza. **Fon-Fon: Semanario Alegre, Político, Crítico e Espusante (RJ)**. Rio de Janeiro, ano 10. n. 30, p. 36, 22 jul. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/25424>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ABREU, Maurício de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2013.

BANDEIRA, Lucas; PAMPLONA, Patrícia. **Mapas, rotas e cartas: uma história urbana do Rio de Janeiro em imagens (1762-1965)**. Rio de Janeiro: ID Cultural, 2021.

BARATA, Carlos Eduardo; GASPARG, Claudia Braga. **A fazenda nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas na formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade**. Rio de Janeiro: Cassará, 2015.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOTELHO, Nilza. Evocações de Botafogo Antigo. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 3, 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/884790/13896>. Acesso em: 8 set. 2024.

BUVELOT, Louis; MOUREAU, Auguste. **Escravos vendedores**. 1845. 1 gravura. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon393038i2/icon393038i2.jpg. Acesso em: 11 ago. 2023.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **Histórias do Jardim Botânico: um recanto proletário na zona sul carioca (1884-1962)**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

³Sobre isso ver, Caronada (Canhão). Disponível em: <https://mhn.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/caronada-canhao/>. Acesso em: 09 ago. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Bateria. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete) Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bateria%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Reduto. *In*: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Reduto%20Dicion%C3%A1rio%20Iphan.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro Setecentista**: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DICIONÁRIO das ruas do Distrito-Federal e da Capital do Estado do Rio de Janeiro. *In*: SAUER, Arthur. **Almanak Laemmert**: administrativo, mercantil e industrial (RJ). n. 63, p. 2513, 1906. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1906. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspxbib=313394&pagfis=30815>. Acesso em: 7 set. 2024.

EXÉRCITO. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 422, p. 2, 10 ago. 1902. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_01/2291. Acesso em: 20 jul. 2023.

FILGUEIRAS, Zuleide Ferreira. **Italianos em Belo Horizonte**: estudo léxico-social e proposta de dicionário. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFMG, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/MGSS-AAPJ5Y>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GASPAR, Cláudia Braga. Caminhos para o solar. *In*: HEIZER, Alda (Org.). **Solar da Imperatriz**. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/jbrj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/solar_da_imperatriz.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

GREINER, Ulrik. **Planta da cidade do Rio de Janeiro e subúrbios**. Rio de Janeiro: Laemmert e Cia, 1898. 1 mapa, color., 80 x 100 cm. Escala 1:12.500. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27205>. Acesso em: 7 set. 2024.

KFURI, Jorge. **Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico**. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 1921. 1 mapa, p&b, 11, 9 x 17 cm. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/9043>. Acesso em: 9 set. 2024.

LAVÔR, João Conrado Niemeyer de. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da Fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. **Rodriguésia**, Rio de Janeiro, ano 35, n. 57, 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/kZ6L4Ly6GvmyxRpDRR9jKpv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LAVRADIO, Marquês de. Relatório. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 409, 16 jan. 1842. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=1657>. Acesso em: 8 set. 2024.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818**. São Paulo: Livraria Martins, 1942. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/1275>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais: a bandeira, o brasão, o selo, o hino**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1099/729330.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MAGALHÃES, J. B. A defesa do Rio de Janeiro no século XVIII: (estudos e obras da época). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 200, jul./set. 1948. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=103562>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MAGRI, Dirceu. De almanach a amanak: um olhar sobre dois importantes almanaques. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro. v. 32, n. 46, p. 230-258, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/468>. Acesso em: 22 de jul. 2023.

MARENGA, Renata Costa; SILVA, Luis Felipe Coutinho F. da. A influência das fortificações militares na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro sob a ótica da cartografia histórica. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 4, p. 851-866, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/49124>. Acesso em: 7 set. 2024.

MARTINS, Ricardo Vieira; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. A invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da Cartografia Histórica. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MARTINS_RICARDO_V_E_FILGUEIRAS_CARLOS_ALBERTO_L.pdf Acesso em: 22 jul. 2023.

MEMÓRIAS públicas e econômicas da cidade de são-sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos: por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 47, p. 25, 1884. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20188&pesq=mem%C3%B3rias%20p%C3%ABlicas%20e%20econ%C3%B4micas&pagfis=34401>. Acesso em: 7 set. 2024.

MOVIMENTO do Porto. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 2831, p. 3, 16 abr. 1893. Disponível em: Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/369365/11953>. Acesso em: 8 set. 2024.

O MARCO dos canhões: e o relatório ao ministro da guerra sobre o antigo Forte de São Clemente e a faixa do Jardim Botânico ao morro do Cantagallo. **A noite**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 9, 5 mar. 1937. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_03&pagfis=40958. Acesso em: 9 set. 2024.

OS CANHÕES de dona Laura. **Jornal do Brasil (RJ)**. Rio de Janeiro, ano 79, n. 185, p. 45, 10 nov. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/143839. Acesso em: 20 jul. 2023.

REQUERIMENTOS. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 82, n. 74, p. 1, 15 mar. 1902. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/364568_09/4257. Acesso em: 9 set. 2024.

RIO DE JANEIRO. Ministério da Fazenda. **Relatório do Ministério da Fazenda (RJ)**: ano 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/873683/9544>. Acesso em: 9 set. 2024.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Lagoa Rodrigo de Freitas: história de uma ocupação desordenada. **Oecologia Australis**, v. 16, n. 3, p. 339-352, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/viewFile/8215/6677>. Acesso em: 7 set. 2024.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do Império**: hierarquias sócias e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Sérgio Roberto Lordello. **Expansão urbana e estruturação de bairros do Rio de Janeiro**: o caso de Botafogo. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2977/4/78534.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, Léo Fonseca e. As fortificações: da caverna pré-histórica à caverna atômica. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 602, p. 93-101, jul./ago. 1965. Disponível em: <https://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/4925>. Acesso em: 7 set. 2024.

SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil: memória escrita por convite da comissão diretoria das conferências sobre história e geografia do Brasil em 1881. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 49, p. 1886. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20188&pesq=fortifica%C3%A7%C3%B5es&pagfis=35820>. Acesso em: 7 set. 2024.

STAATLICHE MUSEEN ZU BERLIN, **Ethnologisches Museum**. **Ansicht aus dem Garten des Herrn A. Sauer an der Lagoa de Freitas**. 1887. 1 fotografia. 18,8 x 11,5

cm. Disponível em: <https://id.smb.museum/object/1837939/ansicht-aus-dem-garten-des-herrn-a--sauer-an-der-lagoa-de-freitas>. Acesso em: 9 set. 2024.

TRANJAN, Cristina Grafanassi. **Estudo de soluções para visualização e simulação em projetos de evolução urbana e planejamento urbano: o bairro da Lagoa no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VIEIRA, Izabela Gonçalves. As artes de governar o Brasil no período pombalino. **Revista 7 Mares**, n. 4, 2014. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/2018/11/v02n04a09.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.